

Rejeição e recepção das ideias francesas na literatura portuguesa*

Maria do Rosário Cunha Duarte¹

Universidade Aberta (Coimbra, Portugal)



1. O “*Francesismo*” é o título de um texto de Eça de Queirós, provavelmente escrito, segundo Ernesto Guerra Da Cal, em 1897, mas só postumamente publicado. Este texto, do princípio ao fim percorrido por uma imensa ironia, consiste na descrição do fenómeno que o título desde logo desvenda e que o Autor lapidarmente resume na seguinte fórmula: – *Portugal é um país traduzido do francês em calão*.² Apresentando-se como um “melancólico” produto do fenómeno em causa, para a ilustração do qual, aliás, se serve do seu próprio percurso de vida, Eça de Queirós traça-lhe os contornos – dos programas escolares aos materiais dos vários níveis de ensino, do teatro às leituras, da gastronomia à moda, da criação literária à política – e aponta como possíveis responsáveis do afrancesamento, que “tornou este velho Portugal de D. João VI uma cópia da França, malfeita e grosseira”,³ “Talvez os homens de 1820; talvez os românticos da Regeneração”. E acrescenta logo a seguir, sem lugar a dúvidas: “Eu não fui”.⁴

Parece-me este um bom ponto de partida para discorrer sobre a relação da literatura e, de forma mais abrangente, da cultura portuguesa com a França, colocando-me, para isso, no século XIX, já que no seu início decorreram os eventos cuja memória agora celebramos e que, de alguma forma, se prendem com o tema desta comunicação. Quanto a Eça de Queirós, figura proeminente no panorama cultural português deste mesmo século, representa, de forma paradigmática, a natureza ambígua dessa relação que, neste mesmo texto, assim define: – “... estamos colados às saias da França, como às de uma velha amante, a que nos acorrente o vício e o hábito, e de quem não ousamos afastar-nos, para ir falar a alguma mulher mais interessante e mais fresca”.⁵ As razões desta relação de amor rançoso e doentio – se é que de amor se pode falar – não as aponta Eça, por não compreender os laços criados com um povo de quem somos, temperamentalmente, tão distantes. E não encontrando as causas da doença, limita-se a enumerar-lhe os sintomas de que ele próprio padecia e para os quais também contribuiu, moldado que foi pelas referências políticas, artísticas e culturais que vinham de França.

Não foi esta a única vez que Eça abordou a questão da descaracterização nacional ou, nas suas palavras, “essa tendência, essa aspiração, esse desejo escondido de não se ser como foram nossos avós, mas de outro modo, como se é lá fora. E lá fora – é a França”.⁶ Na verdade, desde muito cedo teve consciência deste fenómeno, muitas vezes a ele se referiu – não deixando de se fazer alvo da própria ironia – e mais vezes ainda o representou, de diferentes formas, nas páginas de ficção que escreveu. A tudo isto voltarei daqui a pouco. Por agora interessa aproveitar algumas das muitas pistas de reflexão oferecidas pelo texto que acabo de citar.

2. Entre os “homens de 1820”, data do início declarado da Revolução liberal, estão os dois grandes nomes do Romantismo português – Almeida Garrett e Alexandre Herculano: ambos foram homens de pensamento e acção, ambos fizeram da própria palavra – cívica e artística – um meio de intervenção directa no país que ajudaram a transformar e, por isso, a ambos cabe a responsabilidade da perfeita sobreposição que, entre nós, se manifestou entre o Liberalismo político e o Romantismo literário. O Romantismo português começa, pois, por assumir uma feição vinicamente ideológica, com a marca dos valores iluministas do século anterior e naturalmente devedora aos ideais com que a Revolução Francesa deu início à Época Moderna no Ocidente. Dirá Garrett, nas *Viagens na minha terra*, obra que começa a ser publicada em folhetins na *Revista Universal Lisbonense*, em 1843, e, por diversas razões, das mais representativas do Romantismo português:

Tenho pena de nunca ter visto o Junot nem o Maneta [nome por que era conhecido, em Portugal, o general Loison, a quem faltava um braço], as duas primeiras notabilidades que ouvi aclamar como tais e cujos nomes conheci... Engano-me: conheci primeiro o nome de Bonaparte. E lembra-me muito bem que nunca me persuadi que ele fosse o monstro disforme e horroroso que nos pintavam frades e velhas naquele tempo. Imaginei sempre que, para excitar tantos ódios e malquerenças, era necessário que fosse um bem grande homem.⁷

* Comunicação apresentada ao Congresso Internacional “Contraluzes de una guerra”(Madrid, 15-17 de Abril de 2008), que decorreu no âmbito do centenário das Invasões Francesas.

Mais do que “um bem grande homem”, Bonaparte veio a conquistar os contornos do mito, transformando-se num dos modelos do herói romântico em perseguição do absoluto. Antes disso, porém, foi o homem que, ao pretender dominar a Europa, acabou por libertá-la do poder absoluto das monarquias vigentes. E Portugal não foi excepção, depois de ensaiar a luta pela liberdade no repúdio ao invasor: de 1820 a 1834 uma longa guerra civil opôs liberais e absolutistas, com alternados avanços e retrocessos para ambos os lados, levando ao exílio muitos dos que se envolveram na luta. Entre eles, justamente, Garrett e Herculano: o primeiro saiu do país por duas vezes, em 1823 e em 1828, procurando abrigo na Inglaterra e na França; o segundo parte para França em 1831 e regressa a Portugal no ano seguinte, incorporado, tal como Garrett, aliás, nas tropas liberais que desembarcam no Porto.

Esta experiência do exílio foi, decerto, determinante na introdução do Romantismo em Portugal, ao propiciar o conhecimento directo dos sentidos que então percorriam as literaturas europeias, em particular a inglesa e a alemã. De facto, foi nestas, e não na francesa, que os primeiros românticos portugueses colheram a lição do que veio a constituir a marca fundamental da produção literária portuguesa desta época: refiro-me ao acentuado pendor nacionalista, que ganhou forma, quer no romance histórico, quer na recolha e compilação da poesia popular de tradição oral.

Afirma Garrett, na “Introdução” ao segundo volume do seu *Romanceiro*:

O meu ofício é [...] popularizar o estudo da nossa literatura primitiva, dos seus documentos mais antigos e mais originais, para dirigir a revolução literária que se declarou no país, mostrando aos novos engenhos que estão em suas fileiras os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar.⁸

Convém notar, no entanto, que a “revolução literária” aqui referida, consistindo na valorização do que de mais genuíno continha a tradição literária nacional, foi inspirada no que Garrett designa por “renascença alemã e inglesa” e a que não se cansa de prestar tributo. Daí que já tivesse declarado, em 1828, no texto que serviu de prefácio à primeira edição de um desses poemas narrativos, publicada em Londres onde então se encontrava exilado:

Em geral a poesia da Meia Idade, singela, romanesca, apaixonada, de uma espécie lírico-romântica que não tem tipo nos poetas antigos [...] nem se cultivou e aperfeiçoou nunca mais, quase desde o completo triunfo dos clássicos, senão agora recentemente depois que as baladas de Burger, os romances poéticos de Sir W. Scott e alguns outros ensaios ingleses e alemães, mas principalmente os do famoso escocês, introduziram este gosto e o fizeram da moda.⁹

A Idade Média foi objecto de fascínio também para Alexandre Herculano, que nela encontrou a origem da

nacionalidade e na qual enalteceu o culto da liberdade individual, qualidades que, no seu entendimento, foram posteriormente anuladas pela cultura do Renascimento. O romance histórico, ao nível da criação literária, paralelamente aos estudos de História medieval, a que consagrou parte da sua vida, foram, para Herculano, a concretização desse fascínio, tendo, contudo, partilhado com Garrett as mesmas fontes de inspiração: leitor atento de Klopstock e de Schiller, tradutor de Schlegel, foi com certeza Walter Scott que lhe sugeriu fazer da ficção um meio de conhecimento da História e um estímulo do sentimento nacional.

Creio, pois, que a hipótese avançada por Eça de Queirós quanto ao contributo dos “homens de 1820” para aquilo a que chamou o “francesismo” não se confirma. Além do mais, há que referir ainda o facto de, num país que pensava em francês desde o século XVII,¹⁰ terem sido justamente estes homens a sublinhar a natureza eminentemente peninsular das suas raízes. Assim o fez Herculano, ao substituir o adjetivo “espanhol” por “castelhano”, “porque espanhóis também nós somos”.¹¹ Assim o fez igualmente Garrett quando, a propósito da poesia tradicional que recolheu nos vários volumes do seu *Romanceiro*, defendeu “a beleza destes nossos versos octossílabos, que nos são próprios a nós espanhóis, tanto portugueses como castelhanos”.¹² Para Garrett, aliás, foi bem clara a relação das literaturas peninsulares no processo de redescoberta dos seus valores mais genuínos. Nas suas palavras, “foi uma verdadeira reacção ibérica; as duas línguas cultas da península apareceram unidas por um tácito pacto de família, animadas do espírito redivivo de seus avós comuns na causa da restauração comum”.¹³

3. No início do século XIX, porém, a instituição literária já não se limitava à relação mais ou menos cerimoniosa entre um escritor, criando em função de códigos estéticos ou imposições de escola, e um leitor, erudito e atento. Voltando a Eça de Queirós e recorrendo, mais uma vez, às suas observações, a este leitor, “pessoa de saber e de gosto, amiga da eloquência e da tragédia, que ocupava os seus ócios luxuosos a ler”, sucedia então “uma multidão azafamada e tosca” chamada “público”.¹⁴ Esta alteração ou, mais concretamente, esta substituição, localizava-a Eça naquela “manhã de Julho, [em que se tomou] a Bastilha. Tudo se revolveu: e mil novidades violentas surgiram, alterando a configuração moral da Terra. Veio a democracia: fez-se a iluminação a gás: assomou a instrução gratuita e obrigatória; instalaram-se as máquinas Marinoni que imprimem cem mil jornais por hora: vieram os clubes, o romantismo, a política, a liberdade e a fototipia. Tudo se começou a fazer por meio de vapor e de rodas dentadas – e para as grandes massas”.¹⁵

É claro que esta expressão, “as grandes massas”, não podia ser aplicada a um país com elevadas taxas de analfabetismo e no qual, já no fim do século, apenas 20% da população tivera acesso à instrução elementar. É sabido, contudo, que o papel determinante da escola na valorização do homem, como indivíduo e como elemento constituinte do corpo social, esteve presente no pensamento dos liberais logo a partir de 1820, manifestando-se nos sucessivos projectos de reforma do sistema educativo, cuja concretização, no entanto, se confrontava com a eterna insuficiência de recursos financeiros, com a falta de recursos humanos e com a instabilidade política conducente às frequentes alterações de forças no poder.

Apesar de todas as dificuldades, a verdade é que o acesso à palavra escrita passou de privilégio a direito reivindicado, num processo em que a indústria e o comércio do livro saíram naturalmente beneficiados. Com efeito, se, por um lado, o reconhecimento do direito à instrução foi fundamental para o aumento das taxas de alfabetização, para a expansão da escola e para o ensino gratuito e obrigatório, por outro lado, a actividade empresarial ligada à indústria tipográfica não podia deixar de encarar a “democratização do alfabeto” como um auspicioso indício de crescimento do mercado. Só assim, com uma clientela bastante para fazer escoar o produto, se poderia tirar rendimento de uma tecnologia que dia a dia se aperfeiçoava e que, ao permitir baixar os custos da produção, permitia igualmente o crescimento do consumo. Deste modo, o livro abandona gradualmente os contornos de objecto raro e apenas acessível aos espíritos eruditos e cultos, adquire uma desenvoltura que o atira para as mãos burguesas do comércio e, conseqüentemente, acrescenta à sua primeira natureza toda intelectual o valor material do lucro. Entre o autor e o editor interpõe-se então o hábil pragmatismo do segundo, bem exemplificado, no caso português, na pessoa de Ernesto Chardron, de quem se disse ter tido a “audácia [de] facultar livros a um país que não sabia ler, para o ensinar a ler e o habilitar a comprar-lhe os livros”¹⁶.

Este Chardron – é fundamental dizê-lo – foi apenas um dos muitos franceses que, emigrando para Portugal desde a primeira metade do século XVIII, aqui se instalaram e assumiram um papel de relevo na indústria e no comércio livreiros. Bertrand, Aillaud, Férin, Moré, Lugan, Genelioux – são alguns dos nomes ligados à propriedade de casas editoras, livrarias e até gabinetes de leitura que, como é sabido, foram no século XIX importantes instrumentos de difusão do livro e de consolidação dos hábitos de leitura. Até que ponto é possível estabelecer uma relação entre a propriedade referida e os títulos constantes dos catálogos que, regularmente, levavam ao conhecimento do público a oferta disponível? O meu objectivo não é responder a esta pergunta, mas apenas

confirmar, através dos estudos já efectuados e da consulta das próprias fontes, a preponderância de títulos franceses, quer no âmbito da divulgação científica e cultural, quer no âmbito do puro prazer, associado definitivamente e a partir de então à prática da leitura. Na verdade, é ainda na primeira metade do século que os catálogos das principais casas livreiras concedem um espaço cada vez maior a uma literatura mais ligeira, anunciando já o futuro protagonismo que ao romance e à novela caberá desempenhar e que tantas críticas há-de suscitar, ao nível da arte, mas também em nome da moral e bons costumes. Os autores são, pois, predominantemente franceses, e à língua francesa em que circulam rapidamente se associam as traduções, garantindo a fuga à banalidade do quotidiano a um maior número de consumidores: as histórias de amor, de aventuras e também o chamado romance negro ou de terror constituíam os sucessos que, traduzidos, tornavam familiar junto do público português uma lista imensa de escritores, como Alexandre Dumas, Ponson du Terrail, Eugène Sue, Georges Ohnet, Paul Féval, Paul de Kock, Arlincourt, Octave Feuillet e muitos outros ainda, de que apenas os velhos catálogos guardam a memória. Há que referir ainda que o êxito de que gozava a novela sentimental, ornamentada com mistérios, sobressaltos e a ousadia dos destinos marginais, foi aproveitado muito para lá da simples tradução e, a partir da receita aprendida nos originais, o mercado foi invadido por traduções livres, versões e imitações, levando Garrett a descrever, em 1843, numa das páginas das suas *Viagens*, o modo como, com tesoura e cola, se fazia a literatura nacional:

Todo o drama e todo o romance precisa de:
Uma ou duas damas, mais ou menos ingénuas,
Um pai, – nobre ou ignóbil,
Dois ou três filhos, de dezanove a trinta anos,
Um criado velho,
Um monstro, encarregado de fazer as maldades,
Vários tratantes, e algumas pessoas capazes para intermédios e centros.

Ora bem; vai-se aos figurinos franceses de Dumas, de Eug. Sue, de Vitor Hugo, e recorta a gente, de cada um deles, as figuras que precisa, gruda-as sobre uma folha de papel da cor da moda [...]; forma com elas os grupos e situações que lhe parece; não importa que sejam mais ou menos disparatados. Depois vai-se às crónicas, tiram-se uns poucos de nomes e de palavras velhas; com os nomes crismam-se os figurões, com os palavras iluminam-se... [...] E aqui está como nós fazemos a nossa literatura original.¹⁷

4. Foi, decerto, esta “literatura original”, na fórmula irónica de Garrett, que por mais de uma vez o levou a demarcar-se, com veemência, do rótulo debaixo do qual se abrigava a produção literária que a grande massa do público então consumia: – “... não sou romanesco. Romântico, Deus me livre de o ser – ao menos, o que na algaravia de hoje se entende por essa palavra”.¹⁸

Passados quase trinta anos, porém, a denúncia de Garrett mantém-se actual, ecoando, de modo muito próximo, nas palavras utilizadas por Eça de Queirós relativamente aos hábitos culturais da sociedade portuguesa, no início da década de 70. Mas o que agora está em causa não é a defesa de uma literatura genuinamente nacional, tal como acontecera com os primeiros românticos, mas a crítica violenta, feita em nome de uma nova concepção de Arte, a uma literatura que se deixara cristalizar em fórmulas envelhecidas e cansadas. A esta nova concepção da Arte – poderoso instrumento de intervenção social no espaço e no tempo que lhe são próprios – deram expressão literária o Realismo e o Naturalismo que a França exportava e que os jovens intelectuais portugueses entusiasticamente recebiam pelo caminho-de-ferro que, atravessando a Península, lhes tornava, enfim, mais próxima uma Europa apetecida, no centro da qual a França se afirmava como origem ou filtro de tudo quanto era novo – nas ideias e nas formas.

Curiosamente, e como que confirmando a ambiguidade a que eu me referia no início, foi esta nova arte, de importação francesa, que serviu a Eça de Queirós para fazer o retrato e, também, a caricatura do tal “país traduzido do francês em calão”, dando-lhe desde logo os modelos e o método com que, durante algum tempo, julgou poder explicar o processo de delinqüescência dos costumes nacionais. Mas, ao mesmo tempo que o inspirava, através dos mestres que Eça sempre reconheceu serem os seus – falo, por exemplo, de Balzac e Flaubert, mas também de Zola, entre muitos outros –, essa mesma França fornecia a matéria necessária à desconstrução da sua própria influência, sobretudo ao nível de um imaginário desdobrado em imagens plurais: a condição feminina, alimentando a sua fragilidade psicológica em leituras romanescas, predominantemente francesas, que lhe falseiam a realidade; o aprendiz de escritor, inexperiente e ingénuo, que confunde a realidade de Lisboa com a sociedade parisiense desenhada por Balzac; o novo-rico que ostenta o seu conhecimento de Paris e dos romances de Daudet como sinal supremo do “chic”; a sociedade culta, mas nem por isso menos colonizada pelos hábitos franceses, nomeadamente os gastronómicos; toda uma capital, enfim, como aquela que é cruelmente representada no final d’*O crime do padre Amaro*, onde uma população mentalmente indigente, demitida de si própria e do país que forma, lamenta magoadamente a destruição de Paris, sob as convulsões da Comuna.

À medida que o século avança, acentua-se em Eça de Queirós o sentimento da descaracterização nacional que tantos rostos ganha n’*Os Maias*, a *opera magna* do escritor em termos de ficção. E não é, decerto, por acaso que o romance termina com a corrida desenfreada dos seus elegantes e cosmopolitas heróis, pelas ruas de Lisboa, rumo a um genuíno “prato de paio com ervilhas”.¹⁹

Caberá, contudo, a Fradique Mendes, a figura ficcional mais notável do fim de século português, problematizar a justa articulação da identidade própria com a uniformidade global, já pressentida no final do século XIX. É ainda “a inábil, descomedida e papalva imitação de Paris”²⁰ que está em causa, mas é já também “esta universal modernização que reduz todos os costumes, crenças, ideias, gostos, modos, os mais ingénitos e mais originalmente próprios, a um tipo uniforme (representado pelo “sujeito utilitário e sério” de sobrecasaca preta) – com a monotonia com que o chinês apara todas as árvores de um jardim, até lhes dar a forma única e dogmática de pirâmide ou de vaso funerário”.²¹

Perdido o predomínio cultural que, durante séculos, possuiu, há muito que a França deixou de estar na origem de uma reflexão como esta que, nem por isso, perde hoje a sua actualidade. Confesso a minha posição expectante quanto ao rumo cultural que nos aguarda, num mundo cada vez mais ameaçado pela monotonia – em termos culturais, obviamente – do jardim chinês a que se referia Fradique. Rejeitando a nostalgia de um país *pitoresco* e *arcaico*, mas aproveitando as lições da História e a ajuda do tempo no exorcismo de traumas e fantasmas, creio ser cada vez mais importante a preservação das raízes que são as nossas, nomeadamente as peninsulares, tal como pretenderam fazer os “homens de 1820”.

Notas

- ¹ Professor Doutor de Literatura Portuguesa. Diretor do Núcleo de Coimbra da Universidade Aberta.
- ² Eça de Queirós. O “Francesismo”, in: *Últimas páginas*. Porto: Lello & Irmão Editores, s.d. p. 387.
- ³ Idem, *ibidem*, p. 398.
- ⁴ Idem, *ibidem*, p. 388.
- ⁵ Idem, *ibidem*, p. 404.
- ⁶ Idem, *ibidem*, p. 400.
- ⁷ Almeida Garrett. *Viagens na minha terra*. Introd. e notas de Augusto da Costa Dias. Lisboa: Portugalíia Editora, 1963, p. 66-67.
- ⁸ Almeida Garrett. *Romanceiro*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, s.d. vol. II, p. 31.
- ⁹ Idem, *op. cit.*, vol. I, p. 55.
- ¹⁰ Cf. Álvaro Manuel Machado, *O “francesismo” na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- ¹¹ Cf. “Carta V”, in: *Opúsculos IV*. Org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Presença, 1985, p. 229: “Dessas ruínas e desses fragmentos se formou o reino de Oviedo, Leão e Castela: deste veio por linha transversal (permita-se-nos a expressão) a monarquia portuguesa, e por linha recta a monarquia espanhola ou antes castelhana; porque espanhóis também nós somos”.
- ¹² Almeida Garrett, *loc. cit.*, p. 54.
- ¹³ Idem, *op. cit.*, vol. II, p. 55.
- ¹⁴ Eça de Queirós. Prefácio dos “Azulejos do conde de Arnoso”, in: *Notas contemporâneas*. 3. ed. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s.d. p. 96.
- ¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 97.
- ¹⁶ Esta afirmação, do redactor principal da revista *Arauto*, que assinava Beldemónio, é citada por Fernando Guedes, em “Três livreiros centenários de origem francófona: Bertrands, Férens e Chardron”, in: *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987, p. 64.
- ¹⁷ Almeida Garrett. *Viagens na minha terra*. ed. cit., p. 34-35.
- ¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 59.
- ¹⁹ Eça de Queirós. *Os Maias*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s.d. p. 716.
- ²⁰ Idem. *A correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa, Edição Livros do Brasil, s.d. p. 80.
- ²¹ Idem, *ibidem*, p. 83.